

Alunos da Uerj aprovam
indicativo de greve Página 6

FACC: estudante fala
sobre agressão Página 5

www.adufrj.org.br

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

Andes-SN • Ano XIV nº 890 • 9 de junho de 2015 • Central Sindical e Popular - Conlutas

Silvana Sá - 09/04/2014

Falta de
combustível
quase para
Xerém

Página 5



Samantha Su - 03/06/2015



Estudantes convocam para o CEG

Em greve desde o dia 29 de maio, os estudantes da UFRJ vão pressionar o CEG na reunião desta quarta-feira, 10 de junho, para obter a suspensão do calendário acadêmico. Na UFRJ, além dos estudantes, os funcionários também estão em greve desde o dia 29 de maio. A Associação de Pós-Graduandos (APG) da UFRJ também aprovou paralisação desde o dia 28. Páginas 2 e 4

CSP-Conlutas aprova plano de lutas

O 2º Congresso da CSP-Conlutas reafirmou a decisão pela construção da greve geral contra a retirada de direitos dos trabalhadores. A democratização dos meios de comunicação e a defesa da Petrobras 100% estatal sob o controle dos trabalhadores integram o plano de lutas. Página 7

DOCENTES

Greve nacional avança

O movimento já alcança 24 instituições, informa o CNG.

A adesão à greve dos professores federais convocada pelo Andes-SN ampliou-se nos últimos dias. O movimento ganha musculatura diante da intransigência do governo para negociar e do ambiente cada vez mais preocupante com os ataques sofridos pela educação pública. “A deterioração das condições de trabalho e o desmonte das IFE se intensificaram”, diz comunicado do Comando Nacional de Greve (CNG). Veja calendário de atividades.

Página 3

PAINEL ADUFRJ



Samuel Tosta - 03/06/2015

Mercado ataca a educação

O reitor eleito da UFRJ, Roberto Leher, e os professores Michael Burawoy, da Universidade de Berkeley (Califórnia) e Ruy Braga, da USP, discutiram, no IFCS (foto) em abordagens diferentes, a crise nas universidades públicas. Página 8

SEGUNDA PÁGINA

Sintufrj realiza nova assembleia neste dia 9

Em assembleia realizada dia 2, os técnicos-administrativos em Educação da UFRJ aprovaram propostas de organização da greve deflagrada em 29 de maio. O CLG se reunirá regularmente às segundas-feiras no Espaço Cultural, ao lado da sede do sindicato. Haverá encontros do CLG com a base da categoria nos locais de trabalho às quartas-feiras, quando for necessário. Serão realizadas assembleias gerais de greve todas às terças-feiras (os locais serão avisados previamente). A próxima será neste dia 9, no CT, às 10h, em primeira convocação, e às 10h30, com qualquer quórum.

Pauta interna

Além de elementos propostos pelo plenário, os itens do termo de acordo da última greve terão desdobramentos, que serão apresentados ao novo reitor, como a adoção do turno contínuo com jornada de 30 horas semanais, combate ao assédio moral, Centro de Convivência e a valorização dos técnicos-administrativos em educação.

Fundo de Greve

A diretoria deverá apresentar

o balanço dos gastos na última greve para balizar a decisão da categoria em relação ao percentual que será destinado ao fundo de greve. A decisão será tomada na assembleia deste dia 9.

Eixos

Foi ratificada a decisão da assembleia anterior de que a representação da UFRJ defenda, no Comando Nacional de Greve, a prioridade a seis eixos: aumento de 27,3%, estabelecimento de data-base, paridade entre ativos e aposentados, isonomia de benefícios, fim da Ebserh, aprimoramento da carreira e encampação da luta dos terceirizados.

Próximas atividades

A assembleia aprovou, ainda, a participação do CLG/Sintufrj em reuniões e atos. Uma delas será com os estudantes, que também estão em greve, no Conselho de Ensino de Graduação deste dia 10, às 9h, para reivindicar a suspensão do calendário acadêmico, dos processos de transferência externa, isenção de concurso, mudança de curso (TIM), da Jornada de Iniciação Científica e a inscrição pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Fasubra: maior adesão de início de greve da história

Com greve deflagrada no final de maio, os técnicos-administrativos já paralisaram as atividades em 56 universidades, mais alguns institutos federais e Cefets. De acordo com comunicado divulgado pelo comando de greve da Federação destes trabalhadores (Fasubra), trata-se do maior quadro de início de greve já verificado na categoria. “Nessa primeira semana de deflagração, vivenciamos assembleias massivas e empolgantes em nossa base, e a instalação dos comandos locais de greve, como também a eleição de delegados para o

Comando Nacional”, diz um trecho do informe.

O comunicado do CNG/Fasubra aponta a realização de atividades conjuntas com o Andes-SN e estudantes nos próximos dias (veja quadro na página ao lado). “Orientamos que, nas bases, o movimento e Comandos Locais de Greve busquem junto às administrações das Instituições e aos órgãos colegiados manifestações de apoio à luta nacional e à greve que deflagramos, como parte da defesa da Educação Pública e da dignidade para os trabalhadores”, encerra o texto.

Nova empresa assume limpeza na reitoria e na Letras

Uma nova empresa, a LIPA Serviços Gerais, já entrou no lugar da Qualitécnica, terceirizada de limpeza que vem apresentando diversos problemas trabalhistas, nos prédios da reitoria e da Faculdade de Letras.

Conforme já informado no último Consuni pelo reitor Carlos Levi, a Qualitécnica sofre um processo de rescisão seletiva (são vários contratos com esta firma, por local de trabalho) para não haver descontinuidade do serviço. Segundo a Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (ATTUFRJ), quase todos os funcionários da limpeza das duas unidades receberam pedido de recontração pela nova firma.

A Qualitécnica ainda não regularizou, como previsto no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado no Ministério Público do Trabalho, os pagamentos de seus funcionários. Além disso, a Associação levou ao Ministério Público do Trabalho a denúncia de não reposição dos valores indevidamente descontados de fevereiro, quando os funcionários não tinham dinheiro para se deslocar para a universidade: “Os advogados da Qualitécnica pediram um tempo para regularizar e eu terei nova reunião com a Procuradora do Trabalho em 8 de junho (dia do fechamento desta edição) para saber se a empresa vai sofrer sanção”, conta Terezinha da Costa, diretora da ATTUFRJ.

Segundo a assessoria da Reitoria, a Qualitécnica teria justificado a demora no acerto dos benefícios dos trabalhadores pela necessidade de analisar cada caso.

Indefinição dos cortes na UFRJ

A UFRJ ainda não sabe qual será o tamanho da tesoura que o MEC utilizará na instituição. Até o fechamento desta edição, a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PR-3) ainda não tinha os dados atualizados, mas informou que, no momento, a UFRJ está sem a chamada “cota de limite” para os gastos no mês: “A universidade está sem orçamento. Temos despesas diversas para pagar e o MEC ainda não terminou o cálculo do corte”, afirmou a pró-reitora Regina Célia. Ela informou que está em contato com o ministério para que haja a liberação de verbas extras que cubram as despesas até a situação se normalizar.



Kelvin Melo - 08/06/2015

Outdoor da Adufrj-SSind apoia luta da Vila Autódromo

O mais novo outdoor da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ (Adufrj-SSind) apoia a luta dos moradores da Vila Autódromo, comunidade localizada em Jacarepaguá, na Zona Oeste da cidade. Eles desejam permanecer no terreno — protegido por lei como Área de Especial Interesse Social — onde muitos vivem há mais de 40 anos. A Prefeitura do Rio, por sua vez, deseja remover as habitações, que

ficam nas proximidades das obras do Parque Olímpico.

Depois de uma série de tentativas de remoção, o prefeito Eduardo Paes prometeu aos moradores — publicamente, em 2013 — que teriam seu direito respeitado e que o bairro seria urbanizado. Essa conquista é resultado de sua luta, e do seu Plano de Urbanização, reconhecido

internacionalmente. O Plano, realizado com assessoria de duas universidades (UFRJ e UFF), dentro do Espírito Olímpico, transformaria a área em um legado social, que se tornaria referência para a cidade do Rio de Janeiro.

No último dia 3, no entanto, oficiais de justiça acompanhados de guardas municipais chegaram à comunidade e, com extrema

violência, tentaram demolir uma casa. A ação ilegal da prefeitura só pôde ser impedida, até o momento, por uma liminar conseguida pela Defensoria Pública do Estado (com informações do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas).

A arte do outdoor foi feita com base em foto de Fernando Frazão, da Agência Brasil.

CAMPANHA SALARIAL

Greve dos docentes federais já alcança 24 instituições

Movimento é resposta à intransigência do governo para negociar. Também representa uma reação aos ataques sofridos pela educação pública (orçamento contingenciado; processos de privatização e retirada de direitos)

Entidades da Educação federal vão se reunir neste dia 10

Iniciada em 28 de maio, a greve nacional dos docentes do magistério federal já alcançou 24 instituições (eram 18 no começo). A construção do movimento é uma resposta da categoria aos ataques do governo à educação pública, através dos cortes no orçamento, dos processos de privatização e da

retirada de direitos trabalhistas.

Em avaliação divulgada pelo Comando Nacional de Greve (CNG) no último dia 3, a mobilização docente também é resposta a mais de um ano sem efetiva negociação por parte do governo federal: em 22 de maio, o Ministro da Educação em exercício, Luiz Cláudio Costa, negou o acordo assinado em 23 de abril de 2014, entre o governo e o Andes-SN, sobre pontos conceituais de reestruturação da carreira.

“A deterioração das condições

de trabalho e o desmonte do caráter público das IFE se intensificaram. Os cortes orçamentários que, recentemente, retiraram R\$ 9,4 bilhões da educação está inviabilizando o funcionamento de diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão”, diz outro trecho do comunicado do CNG/Andes-SN.

Diante desse contexto, as diversas categorias da educação pública têm aumentado as lutas para enfrentar os governos que implementam, de forma subordinada, a agenda empresarial de mercantilização da educação.

Além dos docentes federais, o comunicado do CNG/Andes-SN destaca a forte greve nacional dos técnico-administrativos convocada pela Fasubra, as grandes mobilizações estudantis, a paralisação dos docentes das universidades estaduais e na educação básica das redes públicas de ensino do Brasil.

De acordo com o comunicado, somente a luta poderá fazer frente ao desmonte da educação pública: é preciso fortalecer a greve nacional dos docentes federais nos locais em que foi deflagra-

da, bem como apontar ações no sentido de construção da greve nas IFE que ainda não aderiram ao movimento paredista. “Há necessidade de prosseguir articulando ações em conjunto com os demais Servidores Públicos Federais (SPF), impulsionando a construção da greve unificada dos SPF, especialmente da educação pública federal, indicando a convocação da greve geral para o conjunto da classe trabalhadora”, encerra a avaliação do CNG/Andes-SN. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

ENCAMINHAMENTOS DE AÇÕES:

Mês de junho: construir, nacionalmente e nos locais, encontros da educação federal

10 de junho: reunião das entidades da educação federal (Andes-SN, Fasubra, Sinasefe, OE-UNE e ANEL), em Brasília-DF

11 de junho: participação do CNG/Andes-SN e CNG/Fasubra no pleno da Andifes (associação de reitores das federais)

12 de junho: Dia Nacional dos Apaixonados pela Educação Pública: construir atos nos estados em conjunto com técnicos-administrativos, estudantes, docentes da educação básica e das universidades estaduais com o mote: “Educação Pública: namore esta ideia e assumo um compromisso”

8 a 19 de junho: atos unificados nas IFE em conjunto com técnicos-administrativos e estudantes, para pressionar as reitorias acerca das pautas locais e cortes no orçamento

Eixos principais da pauta de reivindicações:

- Defesa do caráter público da universidade;
- Por melhores condições de trabalho;
- Garantia de autonomia universitária;
- Reestruturação da carreira;
- Valorização salarial de ativos e aposentados.

Aumenta a mobilização na UFRJ

Mais de 40 professores se encontraram na Escola de Serviço Social no dia 2 de junho para a reunião do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. Diversos conselheiros deram informes de reuniões de unidade em que os docentes explicitaram apoio à greve do movimento estudantil. E decidiram não aplicar provas nem realizar chamadas enquanto durar a paralisação.

Na análise de conjuntura, os docentes foram unânimes em relação à gravidade da situação da Educação, das universidades federais

e, em particular, da UFRJ. Por isso, a Seção Sindical organizará uma série de reuniões de unidade com o objetivo de explicar a pauta da greve para os professores e esclarecer os motivos da paralisação nacional.

O calendário de mobilização com as reuniões de Unidades será divulgado nas redes sociais e na página eletrônica da Adufrj-SSind na internet. A próxima assembleia da categoria deverá acontecer no dia 18 de junho. Ela será precedida por uma nova reunião do Conselho de Representantes.

Quadro atualizado da deflagração da greve nas IFE

Número	Seção Sindical	IFE
01	ADUFAC	Universidade Federal do Acre
02	SINDUFAP	Universidade Federal do Amapá
03	ADUFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
04	ADUFPA	Universidade Federal do Pará
05	SINDUNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
06	ADUFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
07	ADUNIR	Universidade Federal de Rondônia
08	SESDUFT	Universidade Federal de Tocantins
09	SINDIFPI	Instituto Federal do Piauí
10	ADUFERSA	Universidade Federal Rural do Semiárido
11	ADUFAL	Universidade Federal de Alagoas
12	ADUFS	Universidade Federal de Sergipe
13	ADUFPB	Universidade Federal da Paraíba
14	APUB	Universidade Federal da Bahia
15	ADUFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
16	APRUMA	Universidade Federal do Maranhão
17	ADUFCG-PATOS	Universidade Federal de Campina Grande – Patos
18	ADUC	Universidade Federal de Campina Grande – Cajazeiras
19	ADUFMAT	Universidade Federal do Mato Grosso
20	ADUFMAT-RONDONÓPOLIS	Universidade Federal do Mato Grosso – Rondonópolis
21	CAMPUS GOIÁS	Universidade Federal de Goiás
22	ADUFDOURADOS	Universidade Federal da Grande Dourados
23	ADUFF	Universidade Federal Fluminense
24	ADOM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Alunos vão buscar suspensão do calendário acadêmico

Manifestação acontece no Conselho de Ensino de Graduação (CEG) da universidade marcado para este dia 10

Objetivo é resguardar direito de greve do segmento

Samantha Su
Estagiária e Redação

Em greve desde 29 de maio, os alunos da UFRJ movimentam-se para conseguir a suspensão do calendário acadêmico em sessão do Conselho de Ensino de Graduação do próximo dia 10. “A suspensão do calendário vai impedir que os estudantes sejam obrigados a fazer avaliações ou levarem faltas por conta da greve. Só essa suspensão vai efetivar nosso direito”, explica Julia Portes, da FAU e representante do DCE Mário Prata.

Nos últimos dias, o DCE orientou a realização de assembleias discentes nos cursos ou unidades. O objetivo é deliberar atividades durante a greve, garantir um comando de greve com ampla representação, definir pautas locais e, principalmente, mobilizar o corpo discente para o ato do dia 10: “A expectativa é que muita gente vá ao CEG. Já tivemos muitas assembleias locais e todas elas, com exceção de Macaé, ou deflagraram ou indicaram a greve, conforme deliberado no dia 28 (na assembleia geral)”, disse Julia Portes. “Algumas unidades também já lançaram cartas oficiais de apoio à suspensão do calendário. Contamos, ainda, com a compreensão dos professores conselheiros”, completou.

Mais de 25 assembleias locais

Segundo informe divulgada no perfil oficial do DCE Mário Prata no Facebook, houve mais de 25 assembleias locais que confirmaram a greve estudantil nos diversos campi da UFRJ.

Entre eles, os alunos de Relações Internacionais. Em nota do Centro Acadêmico Suely Souza de Almeida (CASUAL), o corpo discente mostra seu descontentamento sobre a forma como vem funcionando o curso: “Não houve um semestre sequer (desde 2009) onde não existiu atraso ou falta de alocação de professores, confusão quanto à distribuição de salas ou des-



Samantha Su - 01/06/2015

No prédio da reitoria, uma das assembleias locais realizadas pelos estudantes nos últimos dias

respeito das unidades quanto às regulamentações, aprovadas em colegiado do curso. O sistema de multiunidades não trouxe integração para a universidade, não pela falta de interdisciplinaridade de nosso curso, mas pela clara falta de intenção das unidades em gerar essa integração e facilitar o funcionamento dos cursos multiunidades”, diz.

Na Escola Politécnica, por

exemplo, duzentos alunos se reuniram para aprovar greve, no dia 1º. Dentre as reivindicações, estão: maior segurança nos campi, mobilizações contra a exploração dos terceirizados e laboratórios de informática para a unidade.

No Polo de Xerém da UFRJ, também houve adesão à greve. A principal reivindicação é a transferência para outro local com melhor infraestrutura

(hoje, as aulas acontecem em contêineres). Além disso, não há bandeirão e nem mesmo moradia para favorecer a permanência dos estudantes.

Próxima assembleia geral, dia 11

No dia seguinte ao CEG do dia 10, haverá nova Assembleia Geral de Estudantes para encaminhar os próximos passos do movimento.

Professores demonstram apoio ao movimento

Professores da Escola de Belas Artes reuniram-se no dia 1º de junho e resolveram não registrar faltas dos alunos grevistas em apoio à deliberação do segmento. Foi discutido também como seriam feitas as avaliações: ficou por conta de cada professor adiar ou não provas e trabalhos, de acordo com o calendário de greve dos estudantes. Outra reunião está marcada para 11 de junho, um dia após o CEG.

O Departamento de Vernáculos, da Faculdade de Letras, irá fazer uma moção de apoio aos alunos solicitando flexibilização do calendário acadêmico junto ao CEG. Irá sugerir também, ao restante do corpo docente, a suspensão de avaliações e a não cobrança de presença enquanto durar a greve estudantil.

Pós-graduação também entra em greve

A Associação de Pós-Graduandos (APG) da UFRJ aprovou paralisação também no dia 28 de maio, em assembleia realizada no auditório da Escola de Serviço Social da UFRJ. A próxima reunião do segmento está marcada para 9 de junho.

Dentre os principais problemas que justificaram a deliberação, a associação aponta a falta de bolsas-auxílio aos pós-graduandos (que atualmente contam apenas com bolsas de pesquisa, balizadas pelos critérios de produtividade das agências de fomento) e a regulamentação da licença-maternidade e direito à creche. Além disso, a pós-graduação reivindica uma discussão dos critérios de produtividade da Capes e combate ao assédio moral e sexual.

Principais reivindicações estudantis

Pauta nacional:

- 10% do PIB para a educação pública já!
- R\$ 2,5 bilhões para o PNAES
- Contra o corte de R\$ 9 bilhões da Educação
- Não ao PL 4330 da terceirização e às MPs 664/665
- Contra a redução da maioria penal

Pauta UFRJ:

- Paridade em todos os colegiados deliberativos da UFRJ
- Conclusão das obras do alojamento até outubro
- Efetivação de todas as pautas de assistência estudantil aprovadas no Consuni
- Criação de bandeirão para todas as unidades
- Pagamento imediato dos salários e benefícios atrasados dos/as terceirizados/as
- Aumento do valor e quantidade das bolsas, equiparando ao piso salarial
- Para que a antiga casa do estudante da UFRJ volte a ser moradia estudantil
- Construção de prédios para os cursos que necessitam

UFRJ

Susto nas aulas de Xerém

Polo da universidade quase paralisou as atividades por falta de diesel para abastecer o gerador local

Pagamento foi regularizado no dia 27

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

A combinação das precárias condições de trabalho, do orçamento reduzido e da crescente dependência da UFRJ em relação aos serviços de terceirização quase inviabilizou as aulas no polo avançado de Xerém, distrito de Duque de Caixas. O problema foi com a empresa fornecedora de diesel do gerador de energia para os contêineres onde são realizadas as atividades de ensino: a firma ameaçou cortar o suprimento em 1º de junho, se não recebesse os pagamentos de duas faturas atrasadas.

De acordo com a diretora do polo, professora Raquel Moraes Soares, das duas faturas em atraso (de abril e maio), uma delas estava assim por erro de lan-

camento da própria empresa. “Eles nos informaram que não iriam nos fornecer o diesel que abastece os geradores. Sem o combustível, as aulas seriam suspensas. Acharmos por bem informar à comunidade a possibilidade de suspensão das aulas”.

A diretora deixou claro, ainda, que a empresa estaria desrespeitando uma cláusula contratual (que obriga as empresas terceirizadas a manter o serviço mesmo em caso de atrasos, por até 90 dias, no pagamento).

Contudo, antes do corte, a diretora reuniu-se com a Pró-reitoria de Governança (PR-6) e foi informada que o pagamento pendente estava sendo processado. “O pagamento foi realizado na quarta-feira (27) e somente na sexta (29) a empresa acusou o recebimento. Então enviamos comunicado oficial para a comunidade acadêmica informando a regularização do problema e a normalidade das atividades”, disse.



Quase. Gerador do polo por muito pouco não parou de funcionar, inviabilizando as aulas

Aluno comenta agressão sofrida na FACC

Diretor foi afastado de todas as atividades por 60 dias

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

Conforme divulgado na edição anterior do **Jornal da Adufrj**, um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) foi aberto para investigar a conduta do agora ex-diretor da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), professor Angelo Cister. A acusação é que ele teria agredido fisicamente o estudante Ronald Lopes durante reunião da Congregação daquela Unidade, em 25 de maio.

O aluno, do curso de Administração e integrante do centro acadêmico local, foi ouvido pela reportagem des-

te **Jornal**: “O professor Cister tem um longo histórico de abuso de poder e a gente vem denunciando suas práticas há um tempo, tanto na Ouvidoria, quanto junto à reitoria”, disse.

Segundo o jovem, o histórico de abusos de Angelo Cister inclui ofensas publicadas via Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga), ameaças veladas, desrespeito à autonomia do movimento estudantil da FACC e injúrias. “Ele já fez coisas muito piores que esta agressão. Temos áudio dele dizendo que só daria aula quando os estudantes destituíssem o CA. Ele já fez ofensas via Siga, já disse que tem porte de arma e que era para as pessoas terem cuidado ao encostarem nele. Ele chegou a mandar uma mensagem privada no Facebook para uma amiga nossa dizendo que a queria no gabinete dele no dia seguinte. E ainda avisou que aquela era uma convocação oficial”.



Ronald Lopes

Ronald Lopes afirma que o CA de Administração irá pressionar para que o professor seja exonerado da UFRJ. “Se não fosse o vídeo ter al-

cançado tanta repercussão, ele estaria usando o Siga para nos chamar de mentirosos, como fez outras vezes. Vivemos um clima de medo na FACC. Não queremos mais ter aula com ele”.

Nota de retratação

Angelo foi afastado de todas as suas funções enquanto servidor da UFRJ e destituído do cargo de diretor da FACC. O informe foi dado pelo reitor Carlos Levi durante o Conselho Universitário do dia 28 de maio e publicado na página eletrônica da universidade. Mídias sociais de veículos de grande circulação exibiram um vídeo gravado pelos estudantes no momento da agressão. Diante do PAD instaurado e da grande repercussão do caso, o professor divulgou nota de retratação pública (veja quadro). Angelo Cister expressou publicamente não querer comentar o assunto com a imprensa.

Nota de Retratação Pública

Eu, Angelo Maia Cister SIA-PE 0765392, Professor Doutor da FACC/UFRJ, pelo presente termo de Retratação Pública, venho a público RETRATAR-ME das ações praticadas contra a pessoa do Discente RONALD, aluno da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – FACC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, que causou sérios constrangimentos tanto ao aluno quanto ao Corpo Docente da FACC/UFRJ.

Peço desculpas ao Discente Ronald pelos transtornos causados, servindo a presente Nota de retratação Pública para restabelecer a verdade da idoneidade do ofendido.

De minha parte, não me dirigirei a imprensa e as mídias de forma geral para salvaguardar o BOM NOME Instituição da FACC/UFRJ e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aguardando o início dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar – PAD instaurado pelo Magnífico Reitor da UFRJ Prof. Carlos Levi.

BRASIL

Luta pela Educação Pública fica mais forte no país

Em meio a ajustes fiscais, trabalhadores e estudantes do setor protagonizam greves com uma pauta central comum: a defesa do caráter público das instituições e a luta por mais financiamento

Calendário conjunto com docentes federais deve ser construído

De acordo com o presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, a agenda de atividades dos professores federais deve prever, para as próximas semanas, um calendário de mobilização conjunto com os docentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior também paralisados em vários pontos do país. “Os professores das Universidades Estaduais do Paraná, Bahia, Mato Grosso e Rio Grande do Norte também tiveram que recorrer à greve para enfrentar o descaso dos governos estaduais com a educação pública e lutar por mais financiamento para as universidades. No Amapá, a comunidade acadêmica já aprovou greve das três categorias para o dia 10. E em vários outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, os docentes seguem mobilizados, discutindo a possibilidade de deflagração da greve”, explicou Rizzo.

Os docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) estão em greve desde o dia 1º em resposta ao governo

estadual que, na última reunião com a categoria não atendeu às reivindicações apresentadas, como a reposição salarial das perdas inflacionárias, melhorias nas condições de trabalho, na estrutura física da universidade, e transparência e garantias dos repasses financeiros orçamentários atualizados do estado para a Unemat. Na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern), após dez dias de greve, o governador convocou todos os segmentos da instituição de ensino para uma audiência dia 8 (data de fechamento desta edição).

No Paraná, os docentes das universidades estaduais retomaram a greve, suspensa em março, e estão paralisados há um mês em luta contra a medida do governo estadual que retira dinheiro da previdência dos servidores estaduais. Eles reivindicam ainda reajuste salarial de 8,17%, em parcela única, que cubra a inflação dos últimos 12 meses.

Na Bahia, os representantes do Fórum das ADs – que agrega as seções sindicais do Andes-SN das quatro universidades estaduais baianas (Uneb, Uesc, Ufs-BA e Uesb) – conseguiram uma reunião com o governo, na Secretaria Estadual da Educação, para discutir a pauta da greve. Até o momento, o governo se mostra intransigente quanto ao ponto



Inácio Teixeira/ Coperphoto/ Apeoesp

Parade dos professores realizada em São Paulo

central da pauta, de aumento do orçamento das Universidades Estaduais da Bahia para, no mínimo, 7% da Receita Líquida de Impostos (RLI).

No dia 10 de junho, será deflagrada a greve na Universidade Estadual do Amapá (Ueap), segundo deliberação, em assembleia unificada dos professores, técnico-administrativos e estudantes, aprovada dia 2. As

categorias reivindicam, desde o início do ano, negociação com o governo sobre as condições de trabalho, infraestrutura para os campi, reajuste salarial e Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) para os técnicos.

Em mobilização

Nas universidades estaduais do Rio de Janeiro (Uerj), do Norte Fluminense (Uenf) e no

Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (Uezo) as dificuldades orçamentárias se refletem no atraso no pagamento dos funcionários terceirizados de limpeza, segurança e manutenção. Há problemas também no pagamento das bolsas de assistência estudantil (confira situação da Uerj abaixo).

Na Universidade Estadual do Piauí (Uespi), os docentes deliberaram em assembleia pelo estado de greve a partir deste dia 2, sinalizando ao governo do estado a necessidade de discutir a pauta de reivindicações, que passam por solução dos problemas financeiros da instituição, melhorias estruturais, assistência estudantil e o cumprimento da lei estadual que garante parcela de reajuste integral para o mês de maio.

Educação básica

Em vários estados e municípios, os professores das redes estaduais e municipais de ensino básico estão paralisados também em luta pelo cumprimento da Lei do Piso, por melhorias das condições de trabalho e em defesa da educação pública. Muitos governos, como os do Goiás, Paraná, São Paulo, Piauí criminalizam os movimentos, usando de forte aparato policial na repressão às manifestações. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

Frente ao autoritarismo, alunos indicam greve na Uerj

Decisão é reflexo da violência ocorrida dia 28 de maio

Samantha Su
Estagiária e Redação

Os estudantes da Uerj, em lotada assembleia no dia 1º de junho, votaram indicativo de greve para 11 de junho. Um dos motivos da deliberação foi a violência sofrida por vários colegas que, em 28 de maio, se mobilizaram para auxiliar os moradores da favela Metrô Mangueira, localizada no entorno do campus Maracanã da universidade.

de. Conforme noticiado no **Jornal da Adufrj** anterior, enquanto resistiam à remoção, alunos e moradores foram atacados pela Polícia Militar. Ao se refugiarem na Uerj, seguranças da própria instituição passaram a utilizar mangueiras de água, pedras e cassetetes contra os discentes estudantes.

Até a última semana, 15 cursos já estavam paralisados por causa das condições precárias. No início deste ano, com mais de R\$ 90 milhões contingenciados pelo governo do estado, a Uerj sofre, a exemplo da UFRJ, com a crise da terceirização. Outro problema é a gestão do reitor Ricardo Vieiralves: criticado por suas medidas autoritárias, ele também não es-

taria convocando as reuniões do Conselho Universitário local com a devida periodicidade.

As principais reivindicações da greve estudantil da Uerj são: transparência financeira, cumprimento das convocações para os conselhos universitários, condições e garantias dignas de trabalho para os terceirizados, recuperação das perdas salariais de docentes e regularização da Dedicção Exclusiva na aposentadoria, realização dos concursos públicos esperados e assistência estudantil digna.

Assembleia docente será no dia 10

Após muita mobilização, os professores da Uerj conseguiram

arrancar um início de negociação com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do governo do estado: eles apresentaram a proposta de recomposição salarial de 94% e a exigência de regularização do adicional de Dedicção Exclusiva para os aposentados. “Tivemos uma reunião no dia 2 de junho e pedimos para que a Secretaria emita proposta de solução dessas duas demandas ainda para este primeiro semestre”, informa Bruno Deusdará, presidente da Associação de Docentes da Uerj (Asduerj). No dia 26 de maio, houve a primeira reunião com o reitor desde a posse da atual gestão.

“Exigimos na reunião que o reitor mantivesse a regularidade dos Conselhos Universitários. No último dia 3, foi então realizado o Consun e todas as falas foram de críticas à administração central. O posicionamento (ruim) tomado na nota da reitoria sobre o conflito entre seguranças e estudantes é típico da política dessa administração, uma política que visa a restringir a mobilização estudantil”, critica Deusdará.

Nova assembleia dos docentes será realizada neste dia 10 para redefinir o calendário de mobilizações.

MOVIMENTO

Plano de lutas é aprovado no 2º Congresso da CSP-Conlutas

Em relação à Educação, saiu vencedora a proposta construída pelo Andes-SN em seu 7º Conad Extraordinário

Plenária reafirma defesa da democratização dos meios de comunicação

O 2º Congresso da CSP-Conlutas aprovou, no último sábado (6), o Plano de Lutas que norteará as ações da central para os próximos dois anos. O congresso ocorreu em Sumaré (SP), entre os dias 4 e 7.

Propostas de ação sobre os mais diversos temas foram apreciadas pela plenária. Em relação à educação, venceu a proposta resultante de acúmulo histórico dos debates realizados pelo Andes-SN. Nela, está a definição de que a CSP-Conlutas envide esforços na realização do II Encontro Nacional de Educação (ENE) e na construção dos encontros e comitês regionais.

Também foi aprovado o texto que caracteriza o novo Plano Nacional de Educação (PNE), do governo, como incentivador de um viés mercadológico e privatista da educação. Ainda aprovou-se a proposição do Andes-SN, construída durante o 7º Conad Extraordinário, que trata da defesa da liberdade e da autonomia sindical e da necessidade de o governo seguir a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – e a consequente revogação da investidura, imposto e unicidade sindical.

A plenária também aprovou o apoio às greves dos trabalhadores da educação e a necessidade de construção unitária entre elas. Os delegados deliberaram, igualmente, a luta contra a privatização da saúde



Sergio Koei / CSP-Conlutas

Mauro Iasi (PCB), Zé Maria (PSTU) e Luciana Genro (PSOL) falaram sobre a conjuntura no primeiro dia do Congresso

e, consequentemente, contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). No que toca aos Servidores Públicos Federais (SPF), o congresso decidiu pela defesa do serviço público, pela construção da greve do funcionalismo e reafirmou as pautas elencadas pelo Fórum dos SPF.

Outras deliberações

O 2º Congresso da CSP-Conlutas reafirmou a decisão pela construção da greve geral contra a retirada de direitos dos trabalhadores — em unidade com as demais centrais, a luta pela tarifa zero, pela estatização dos transportes e pela destinação de

2% do Produto Interno Bruto (PIB) para os transportes. Ainda, a defesa da democratização dos meios de comunicação, da Petrobras 100% estatal sob controle dos trabalhadores, a defesa dos povos originários, a taxação de grandes fortunas, a auditoria da dívida pública, a realização de reforma agrária e urbana e que o salário mínimo tenha como referência o valor proposto pelo Dieese.

Os delegados presentes deliberaram posição da central contrária à privatização da previdência, ao trabalho de comerciários aos domingos, à realização das Olimpíadas e sua consequente vio-

lação aos direitos humanos, às Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), à terceirização e à retirada de direitos trabalhistas.

“Foi uma discussão importante, porque havia muitas contribuições e todas elas foram tratadas e discutidas de forma democrática. Foi definido um plano de ação que prioriza a defesa dos direitos dos trabalhadores — que não devem pagar pela crise — contra o ajuste fiscal e em defesa da previdência, da saúde e da educação pública”, disse Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

Painel de conjuntura

No primeiro dia do 2º Congresso, teve lugar o painel sobre conjuntura internacional e nacional, com a participação de Luciana Genro, do Psol; Mauro Iasi, do PCB; e Zé Maria, do PSTU. As três falas convergiram em relação à caracterização da crise econômica e política pela qual passa o país.

Os palestrantes ressaltaram que o governo federal está levando a cabo um ajuste fiscal que retira direitos dos trabalhadores para conseguir manter os lucros dos banqueiros, do agronegócio e dos grandes empresários. Foram citados, como exemplos: as Medidas Provisórias (MP) 664 e 665, de 2014, que diminuem o acesso dos trabalhadores ao seguro-desemprego e pensão por morte, e o Projeto de Lei (PL) 4330/2004, agora Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, que permite a terceirização ampla e irrestrita.

Os debatedores afirmaram também que a classe trabalhadora está perdendo a referência no Partido dos Trabalhadores (PT) e que, com isso, abriu-se um processo novo e complexo de disputa de consciência, no qual uma central como a CSP-Conlutas possui papel fundamental na construção da mobilização social e da unidade com as demais centrais sindicais para barrar os ataques aos direitos sociais.

Observaram ainda que a polarização entre os maiores partidos políticos do país é uma falsa dicotomia, já que ambos os grupos disputam entre si para definir quem comandará a política de ajustes. Os trabalhadores, para ambos os grupos, são sujeitos apenas no que diz respeito à retirada de direitos.

Por fim, criticaram o discurso do crescimento do conservadorismo no país, apontando a presença de ruralistas, banqueiros, grandes empresários, corruptos e fundamentalistas religiosos no governo federal há 13 anos. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368
 Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Patemostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecilia Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues Faculdade de Letras Gumercinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Filipe Ferreira Galvão e Samantha Su Tecnologia da Informação: Renato Souza Tiragem 4.000 E-mails: adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br Redação: comunica@adufrj.org.br Cadernos Adufrj: revista@adufrj.org.br Diretoria: diretoria@adufrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufrj.org.br Página eletrônica: http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

Nas garras do mercado

O salão nobre do IFCS abarrotado de pessoas, a maioria estudantes, na última quarta-feira 3, véspera do último feriado do outono, autoriza a crença de que a esperança não é um erro. Noves fora o fato de que a presença do reitor eleito, Roberto Leher, era atração natural, aquela gente toda estava ali para refletir sobre a crise da universidade pública.

O debate “Universidades em crise: dilemas, desafios e perspectivas”, mediado pelo diretor do instituto, Marco Aurélio Santana, permitiu três olhares sobre o tema, com origem em cenários diferentes.

Na grande reunião, além de Leher, da UFRJ, os professores Ruy Braga, da USP, e Michael Burawoy, da Universidade Berkeley (Califórnia) expuseram leituras inquietantes.

Uma síntese: as forças de mercado fecham o cerco sobre as instituições públicas da educação.

A análise de Roberto Leher indica que a universidade pública autônoma, voltada para a produção independente do conhecimento, está fora do modelo induzido pelo Estado, que intensifica a mercantilização do setor.

Na USP, segundo Ruy Braga, a crise de financiamento ataca as relações de trabalho, em sintonia com o aprofundamento da precarização do trabalho no país.

Centro do capitalismo, nos EUA as crises orçamentárias das universidades americanas



Fotos: Samuel Tosta - 03/06/2015



NO IFCS. Michael Burawoy, Roberto Leher e Ruy Braga debateram a crise das universidades.

sempre são resolvidas com soluções de mercado, segundo Michael Burawoy.

O modelo a que **Roberto Leher** se refere está explícito, ele disse, no Plano

Nacional de Educação, o PNE. Para o reitor eleito da UFRJ, a institucionalização da mercantilização está se consolidando.

Leher fez desfilar números

obscenos (se comparados com a escassez nas instituições públicas) relacionados ao volume de verbas transferido por meio do Fies para as instituições privadas de

ensino superior. Este ano serão mais de R\$ 13 bi.

As instituições privadas – pertencentes a fundos de investimentos – dominam 75% do setor. Pouco mais de 23% são as matrículas oferecidas pelas universidades públicas.

Ele disse que somente a empresa que surgiu da fusão dos grupos Anhanguera e Kroton tem cerca de 1,1 milhão de matrículas. Segundo Leher, o equivalente às 63 instituições federais de ensino.

Ruy Braga disse que vivemos uma mudança estrutural do mercado de trabalho por meio de relações terceirizadas.

O professor lembrou que a terceirização se expande mais intensamente no setor público e estatal.

Citou o caso da USP, onde leciona. Disse que há proposta de mudança no regime de contratação de professores que vai precarizar ainda mais a atividade.

Segundo ele, o ambiente geral de degradação das condições do trabalho no país alcança a universidade, como é o caso da USP.

Só a democratização da universidade, disse Ruy Braga, pode enfrentar esse quadro. O professor **Michael Burawoy** disse que no seu país, as universidades são tratadas como empresa.

Isso acontece especialmente diante de qualquer crise de orçamento. Aí, disse ele, as instituições são tratadas como marca para atrair investimentos.

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes

